

Parecer nº 86/99

Data: 1999.06.16

Processo nº 558

Requerente: Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.

I - O pedido

A Presidência do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina Veterinária, pede um parecer a esta Comissão para saber se uma ex-funcionária da referida Faculdade pode ter acesso a documentos relativos à categoria, escalão e índice na carreira de antigas colegas.

II - Os factos

A ex-funcionária descreve a sua progressão na carreira e refere que duas de suas ex-colegas entre outras “terão sido posicionadas na nova estrutura de carreiras em posição indiciária e escalonar superior à da requerente”.

Para poder reagir a esta situação que reputa de injusta requer que lhe sejam facultados “os meios e documentos adequados, quer da sua transição para o novo sistema quer das colegas citadas”.

III - O Direito

O caso em análise divide-se em dois pedidos distintos:

No primeiro a requerente pede o acesso aos seus próprios dados individuais, dos fundamentos que levaram a que esta se encontrasse na sua situação actual e não na situação actual e hipotética a que teria direito.

Neste caso a letra da lei, *in casu*, o artigo 7º n.º 2 da Lei 65/93 de 26 de Agosto, adiante denominada por LADA prescreve « o direito de acesso aos documentos nominativos é reservado à pessoa a quem os dados digam respeito...», sendo a própria requerente a quem se referem os seus próprios dados, sendo estes

nominativos ou não, e não estando em curso qualquer procedimento ou razão impeditiva não há qualquer limite ao acesso aos documentos.

O segundo pedido é sobre o acesso a “documentos adequados” das “colegas citadas” .

De acordo com o que tem sido o entendimento desta Comissão, “o regime de acesso aos documentos administrativos visa assegurar a transparência da actividade da Administração Pública fundamentalmente nos casos em que não existam outros meios legais apropriados”, como é dito no parecer 12/98 de 04.02.

A requerente neste caso pede uma certidão “da qual a categoria, escalão e índice para que transitaram as suas supra citadas colegas”, isto é requer-se que seja passada certidão de documentos que contenham um acto determinado que as duas funcionárias em causa estão em determinado escalão, índice e categoria.

O problema posto pela Faculdade de Medicina Veterinária é se este tipo de documento contém qualquer dado nominativo.

O conceito de dado pessoal é dado pelo artigo 4º, nº 1 c) da LADA «dados pessoais: informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada».

Ora a definição legal de categoria «é a posição que o funcionário ocupa no âmbito de uma carreira fixada de acordo com conteúdo e qualificação da função ou funções referida à escala salarial da função pública», sendo esta o conjunto hierarquizado de categorias às quais correspondam funções da mesma natureza, artigo 4º do DL 248/85 de 15.07.

A categoria contém um conjunto de escalões dentro dos quais os funcionários progridem, escalões esse que constam de diploma legal, artigo 29º do DL 184/89 de 02.06.

O índice ou letra de vencimento é a classificação legal que determinado funcionário ou grupo de funcionários vencem.

Qualquer destes elementos são publicados em Diário da República os meios de acesso a diferentes escalões ou categorias.

Certidões que apenas contenham a situação jurídica de funcionárias determinadas na carreira não contém qualquer dado nominativo.

Os elementos para se saber as condições de progressão na carreira tem consequências legais para a relação jurídica laboral e consequências directas no direito à aposentação, *vide* no mesmo sentido o parecer desta Comissão 55/96 de 27.05.

IV - Parecer

Em conclusão, os documentos requeridos não integram qualquer documento de índole nominativa, sendo documentos referidos no artigo 4º, nº 1, a) e o seu acesso regulado pelo artigo 7º, nº 1 e artigo 12º, nº 1, c) todos da LADA.

Lisboa, 16 de Junho de 1999.

Narana Coissoró (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)